

TURISMO E ÁREAS ÚMIDAS: REFLEXÕES SOBRE UMA PROPOSTA DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO PARA O PONTAL DA BARRA, PELOTAS, BRASIL

Laura Rudzewicz

Universidade Federal de Pelotas

laurarud@ufpel.edu.br

Resumo

O artigo aborda o papel do turismo na proteção de áreas úmidas, ao analisar o processo de proposição de uma unidade de conservação para o Pontal da Barra, Pelotas, Brasil. O objetivo é refletir sobre as percepções sociais e as possibilidades de valorização turístico-recreativa das áreas úmidas. Enquanto essas áreas geralmente são percebidas como insalubres ou barreiras físicas, mais recentemente, surgem novos olhares sob o viés dos serviços ecossistêmicos que fornecem. Entretanto, a perspectiva de sua função turístico-recreativa é ainda pouco frequente na literatura científica. O Pontal da Barra está localizado no encontro entre o Canal de São Gonçalo, o Arroio Pelotas e a Laguna dos Patos, abrigando importante patrimônio natural e cultural, local de beleza cênica da Planície Costeira do Rio Grande do Sul, além de ser palco de diversos conflitos socioambientais. A pesquisa tem abordagem qualitativa, de caráter exploratório-descritivo-interpretativo, fazendo uso da entrevista episódica e da observação. Nesse contexto, um grupo de trabalho multidisciplinar e interinstitucional elaborou diretrizes para uma proposta de Unidade de Conservação, onde surgiram expectativas e desafios relacionados ao desenvolvimento de formas de turismo de interesses especiais.

Palavras-chave: turismo, áreas úmidas, unidade de conservação, paisagem, patrimônio.

Citação recomendado: Rudzewicz, Laura. (2022). Turismo e áreas úmidas: reflexões sobre uma proposta de unidade de conservação para o Pontal da Barra, Pelotas, Brasil. *Revista Gestión Turística*, (37), 8-27. ISSN 0717-1811.

TURISMO Y HUMEDALES: REFLEXIONES SOBRE UNA PROPUESTA DE ÁREA PROTEGIDA PARA EL PONTAL DA BARRA, PELOTAS, BRASIL

Laura Rudzewicz

Universidade Federal de Pelotas

laurarud@ufpel.edu.br

Resumen

El artículo aborda el papel del turismo en la protección de los humedales, analizando el proceso de proposición de un área protegida para el Pontal da Barra, Pelotas, Brasil. El objetivo es reflexionar sobre las percepciones sociales y las posibilidades de valoración turístico-recreativa de los humedales. Si bien estas zonas suelen percibirse como insalubres o barreras físicas, más recientemente han surgido nuevos puntos de vista desde la perspectiva de los servicios ecosistémicos que proporcionan. Sin embargo, la perspectiva desde la función turístico-recreativa es todavía poco frecuente en la literatura científica. El Pontal da Barra se ubica en el punto de encuentro entre el Canal de São Gonçalo, el Arroio Pelotas y la Laguna dos Patos, albergando un importante patrimonio natural y cultural, un lugar de belleza escénica de la Planicie Costera de Rio Grande do Sul, además de ser escenario de varios conflictos socioambientales. La investigación tiene un enfoque cualitativo, exploratorio-descriptivo-interpretativo, haciendo uso de la entrevista episódica y la observación. En este contexto, un grupo de trabajo multidisciplinar e interinstitucional elaboró directrices para una propuesta de área protegida. En este proceso surgieron expectativas y retos relacionados con el desarrollo de formas de turismo de intereses especiales.

Palabras claves: turismo, humedales, áreas protegidas, paisaje, patrimonio.

Cita recomendada: Rudzewicz, Laura. (2022). Turismo e áreas úmidas: reflexões sobre uma proposta de unidade de conservação para o Pontal da Barra, Pelotas, Brasil. *Revista Gestão Turística*, (37), 8-27. ISSN 0717-1811.

Introdução

Neste trabalho, busca-se debater o papel do turismo na proteção de áreas úmidas¹, tendo como objeto de estudo o Pontal da Barra, localizado no município de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. O objetivo é refletir sobre as percepções sociais relacionadas às áreas úmidas e as possibilidades de valorização turístico-recreativa desses ambientes, principalmente quando vinculados as unidades de conservação brasileiras.

As zonas úmidas são geralmente apreendidas pelas sociedades contemporâneas como áreas insalubres, misteriosas, fontes de epidemias, locais de intensa vida animal e vegetal, ou ainda como barreiras físicas à expansão da urbanização ou no acesso recreativo à água. Por isso mostram-se espaços muitas vezes ignorados, intensamente alterados e destruídos, e tradicionalmente marginalizados (Cubizolle e Sacca, 2013; Sajaloli, 1996).

A partir dos anos 1970, com a difusão de uma sensibilidade ecológica e a aquisição de novos conhecimentos, surgem novos olhares sobre os banhados, pântanos, turfeiras, manguezais e outras áreas úmidas, que passam a ser valorizadas por suas funções hidroecológicas e dos serviços ecossistêmicos associados (Cubizolle e Sacca, 2013). Para Sajaloli (1996), somente nas últimas décadas as zonas úmidas passaram a ser apreendidas pelas sociedades como locais de alta relevância ecológica, e principalmente os lagos e estuários são apontados pelo forte potencial patrimonial e turístico, porém as planícies inundáveis e os banhados de água doce permanecem ainda pouco valorizados sob essa perspectiva. O Ministério do Meio Ambiente (2022) sugere a recreação, o turismo e o valor cultural de praias, rios e lagos como exemplos de serviços ecossistêmicos associados as áreas úmidas, onde se praticam diversas atividades que influenciam o bem-estar e a saúde das populações humanas.

¹ Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2022), as áreas úmidas são “ecossistemas na interface entre ambientes terrestres e aquáticos, continentais ou costeiros, naturais ou artificiais, permanente ou periodicamente inundados ou com solos encharcados. As águas podem ser doces, salobras ou salgadas, com comunidades de plantas e animais adaptados à sua dinâmica hídrica”. Alguns exemplos são lagoas, lagunas, manguezais, campos ou florestas alagadas, veredas, várzeas, reservatórios de água, turfas, entre outras, que fornecem serviços ecossistêmicos essenciais para a natureza, a economia, a saúde e o bem-estar das populações humanas (MMA, 2022).

Entretanto, nesse processo de (re)construção de novas percepções sociais sobre os ambientes úmidos, ainda é pouco frequente o debate científico das ciências sociais e humanas sobre sua função turístico-recreativa enquanto serviço ecossistêmico.

Novas possibilidades de desenvolvimento territorial e turístico tem surgido a partir da (re)valorização das paisagens das águas, evidenciando a relação intrínseca entre natureza e cultura nessas paisagens onde a água é o elemento central e articulador, determinante em sua origem e configuração atual, bem como no reconhecimento e percepção pelas populações (Palom, 2016). Essas são paisagens que integram diferentes formas (rios, lagos, lagoas, arroios, deltas, áreas úmidas, mares, etc) e as distintas manifestações históricas na relação entre sociedade e água (os saberes dos povos ribeirinhos, os caminhos, as construções, os espaços públicos, as artes, os lazeres, a toponímia, etc).

Na região de Aysén, na Patagônica chilena, Muñoz e Azócar (2014) elucidam a presença marcante da água no território, compondo uma diversidade de paisagens: lacustres (lagos e lagoas), fluviais (rios e seus afluentes), de gelo (glaciares e campos de gelo), costeiras (estuários) e zonas úmidas. Esse estudo aponta para uma tomada de consciência da paisagem como um ativo territorial, revelando identidades locais e regionais, trazendo possibilidades de identificação e valorização dos elementos ou conjuntos paisagísticos de grande atratividade turística (Muñoz e Azócar, 2014).

Por outro lado, Vernex (1989) relata as situações de alteração do litoral do lago de Annecy, na França, decorrentes da sua integração como espaço turístico regional. A crescente urbanização, privatização e artificialização das margens lacustres revelam um ordenamento territorial que priorizou a função turístico-recreativa, empurrando as atividades agrárias para os espaços periféricos, e fazendo restar poucos espaços naturais nas bordas do lago. A abertura de novas praias e a expansão das práticas e equipamentos turístico-recreativos traduzem as demandas sociais por um acesso direto às margens lacustres. Por outro lado, nas últimas décadas, novas abordagens tratam de conciliar acessibilidade e proteção ambiental, no desenvolvimento de práticas de lazer e turismo que valorizam a natureza em sua integração com o ambiente urbano (Vernex, 1989).

Com a mudança de perspectiva das sociedades sobre as áreas úmidas também se modificam os usos sociais e os valores atribuídos a esses espaços, ampliando as possibilidades de sensibilização e disseminação dos conhecimentos sobre essas paisagens das águas. Nesse contexto, a função turístico-recreativa soma-se às outras atividades tradicionais, além da educação ambiental e da pesquisa científica, fazendo emergir potencialidades, mas também riscos à proteção das áreas úmidas. Diante desse cenário, surgem alguns questionamentos: Quais são os valores atribuídos pelas sociedades contemporâneas às áreas úmidas? A função turístico-recreativa pode contribuir nesse processo de (re)valorização? É possível aliar turismo e proteção ambiental em áreas protegidas úmidas? As reflexões aqui propostas surgem de uma amostra de resultados da tese de doutorado (Rudzewicz, 2018) e da participação junto a um grupo de trabalho durante os anos 2018 – 2019, que teve como objetivo a construção do embasamento técnico-científico para a criação de uma Unidade de Conservação² no Pontal da Barra, em Pelotas/RS, Brasil.

Metodologia

O Pontal da Barra é uma área localizada nos limites urbanos do município de Pelotas, Brasil, no encontro de dois dos mais importantes corpos hídricos da Planície Costeira do Rio Grande do Sul (PCRS) - a Laguna dos Patos³ e o Canal de São Gonçalo⁴, e ainda, o Arroio Pelotas (Figura N° 1). Situado há cerca de 40 km do Oceano Atlântico, encontra-se na área de abrangência estuarina da Laguna dos Patos. Esse corpo lagunar é considerado elemento central e articulador

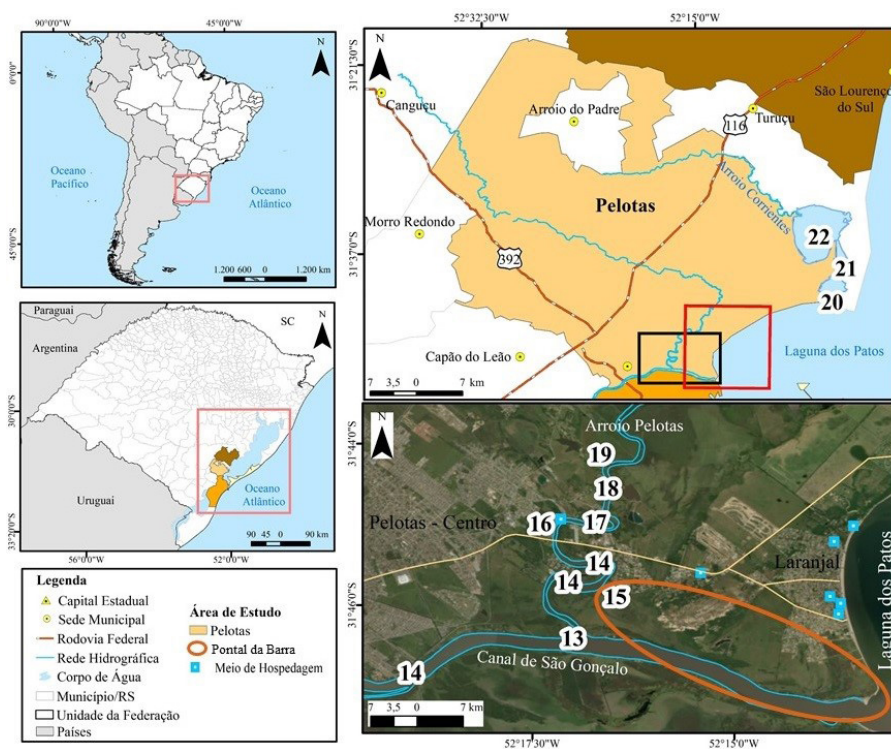
² No Brasil, uma Unidade de Conservação (UC) é um tipo de área protegida, regida pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, sendo considerada um “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.” Nesse sistema, são reconhecidas 12 categorias distintas, que se diferenciam conforme objetivos e usos possíveis, sendo classificadas em dois grandes grupos: 1) Unidades de Proteção Integral – onde se encontra a categoria Refúgio de Vida Silvestre (Revis) proposta para a área do Pontal da Barra; e 2) Unidades de Uso Sustentável. (MMA, 2011)

³ A Laguna dos Patos é o sistema lagunar mais extenso da América do Sul, com aproximadamente 10.000 km², 240 km de comprimento, 40 km de largura, e profundidade média de 6 m. Está permanentemente conectada ao Oceano Atlântico pelo único canal de escoamento, denominado Canal ou Barra de Rio Grande (Toldo Júnior et al., 2006).

⁴ O Canal de São Gonçalo, com cerca de 70 km de extensão, liga a Laguna dos Patos à Lagoa Mirim, essa que é identificada como o segundo maior corpo lagunar do Brasil, com 3.750 km², sendo compartilhado com o Uruguai.

da paisagem desta região, revelada na própria toponímia do estado do “Rio Grande” do Sul e da região turística denominada “Costa Doce” Gaúcha. Suas águas, predominantemente doces, banham as praias do Laranjal, em Pelotas, configurando-o como um local de forte expansão das funções residencial, turística e recreativa, desde a inauguração do primeiro balneário denominado Santo Antônio, em 1952 (Ruas, 2012).

Figura N° 1: Localização do Pontal da Barra, em Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil



Fonte: Rudzewicz (2018). Produção cartográfica: Caneppele, J. C. G. (2018)

É um local predominantemente constituído por banhados, matas, dunas e campos ainda preservados, onde a pesca, a agricultura e a pecuária são as principais atividades econômicas. O avanço da ocupação urbana do bairro Laranjal em direção ao Pontal da Barra tem sido crescente nas últimas décadas, gerando

alterações das áreas alagadas na várzea do Canal de São Gonçalo, aumentando a pressão imobiliária sobre os remanescentes naturais, e colocando em risco o patrimônio relacionado a biodiversidade, a geodiversidade e a sociodiversidade ali encontradas. Segundo Ruas (2012), o Pontal da Barra é reconhecido como um dos espaços de maior relevância ambiental e paisagística do município de Pelotas, como também de ocorrência de conflitos socioambientais; um recorte espacial que conjuga as principais problemáticas contemporâneas associadas a gestão territorial urbana. É historicamente um espaço de forte atuação dos movimentos em defesa da proteção do patrimônio natural e cultural local, liderado por pescadores, moradores, ambientalistas, pesquisadores e profissionais vinculados à associações, ONGs, coletivos e Universidades. Os principais pontos de tensão estão relacionados aos interesses imobiliários e ao crescimento urbano desordenado, seja pelo avanço dos loteamentos residenciais, bem como das ocupações irregulares (Ruas, 2012).

A pesquisa tem abordagem qualitativa, de caráter exploratório-descritivo-interpretativo, e utilizou as técnicas da entrevista episódica, observação em campo e observação participante para a coleta de dados.

Em uma primeira etapa, buscou-se bibliografias que tratam das percepções sociais relacionadas às zonas úmidas e as formas de valorização turístico-recreativa dessas áreas, dando suporte à interpretação dessas questões no que tange ao conjunto paisagístico do Pontal da Barra. Para isso, foi retomada uma amostra de resultados da tese de doutorado (Rudzewicz, 2018), com enfoque no recorte espacial deste artigo. Os dados foram coletados nos anos 2016-2018, a partir da observação em campo e da entrevista episódica⁵ (Flick, 2002; 2009) com: 1) atores-chaves selecionados por meio da amostragem teórica (Flick, 2009), incluindo operadores de serviços turísticos, setor público e terceiro setor relacionados direta ou indiretamente ao turismo, e pesquisadores; usuários selecionados por meio da amostragem intencional por conveniência (Flick, 2009), incluindo turistas e residentes. De um universo de 16 entrevistas procedidas com esses atores no município de Pelotas (Rudzewicz, 2018), a área do Pontal da Barra é de alguma forma mencionada em 13 delas, cujos conteúdos são analisados neste artigo.

⁵ A entrevista episódica tem como objetivo permitir um vínculo sistemático entre as formas de conhecimento do tipo narrativo-episódico e semântico-conceitual (FLICK, 2002; 2009). Esse tipo de entrevista permitiu incentivar a narrativa ou relato de situações, rotinas ou episódios concretos, selecionados pelos sujeitos como experiências significativas relacionadas à Laguna dos Patos (neste artigo, mais especificamente, o recorte espacial do Pontal da Barra, em Pelotas), bem como a exposição dos conhecimentos cotidianos associados aos seus relatos de experiências.

Posteriormente, foram agrupados dados referentes a observação participante durante o processo conduzido pelo Grupo de Trabalho UFPel Ambiental, que teve como objetivo promover diálogos interdisciplinares e interinstitucionais, na escala local, que viabilizassem a construção de embasamento técnico-científico para uma proposta de criação de uma Unidade de Conservação (UC) no Pontal da Barra. Esse processo teve vigência de dois anos (2017-2019), com sede na Universidade Federal de Pelotas. Neste artigo, retoma-se as observações realizadas durante a participação como pesquisadora nas reuniões do grupo, no que se refere as perspectivas e desafios atinentes ao tema turismo e lazer dentro da proposta de unidade de conservação. O material textual proveniente da transcrição literal das entrevistas e das notas de campo e observações foi tratado por meio do procedimento da análise global (Flick, 2009), selecionando-se o conteúdo específico relativo ao recorte espacial e temporal definido neste artigo.

Resultados e Discussões

A abordagem às percepções sociais sobre as paisagens das águas no município de Pelotas/RS (Rudzewicz, 2018) permitiu revelar algumas singularidades e identidades territoriais relacionadas a área do Pontal da Barra. As áreas úmidas, em especial os banhados, estão presentes principalmente nas narrativas de pesquisadores e representantes do terceiro setor, que reivindicam a preservação e valorização dessa área. Esses entrevistados destacam a ausência de uma consciência coletiva sobre os valores paisagístico-patrimoniais dos banhados:

“[...] essas áreas ambientais que a gente tem, de importância ímpar, e que na verdade são tratadas assim, a gente vê comentários da população local como lugares sujos, então banhado e campo é lugar de sujeira, que só existe lá pra criar mosquitos [...]” (pesquisador A).

“[...] [o banhado] ele é um símbolo de paradigmas, porque tanta gente enxerga o banhado assim com uma visão de um lugar sujo, só tem cobra e rato, a gente escuta essas coisas assim, e a gente que tem uma vivência um pouco maior assim da biodiversidade [...] a várzea do Canal São Gonçalo, até o início da Lagoa Mirim, é uma das maiores áreas úmidas do mundo, então é um lugar muito especial [...] essas áreas úmidas de banhado pra mim seriam o que mais revelam a essência desse lugar [...] o banhado talvez seja um dos maiores diferenciais da região [...]” (representante do terceiro setor).

Assim como aponta Sajaloli (1996), o Pontal da Barra em Pelotas revela uma ambivalência de representações sociais associadas às áreas úmidas. Esses locais onde há intensa vida animal e vegetal ainda são compreendidos como sinônimo de sujeira, de perigo, de mistério, ou como barreiras físicas à ocupação humana, percebidas como inabitáveis e de difícil acesso, conforme relatam outros entrevistados: “lá não tem nem casa, nem nada”; “são espaços intransponíveis”. A partir disso, emergem sensações de perigo, repulsa, medo, devido ao desconhecimento ou ao desprestígio dessas áreas pelas populações locais. Essas representações talvez sejam decorrentes de um ideal agrícola predominante nessa região, sendo as áreas úmidas percebidas como locais inúteis e improdutivo, inacessíveis e insalubres, conforme aponta Sajaloli (1996).

Por outro lado, mais recentemente, as zonas úmidas passam a ser objeto de (re)qualificação, colocando em foco os seus valores naturais, socioculturais, econômicos, mas também paisagístico-patrimoniais, advindos dos avanços nos estudos de reconstituição paleoecológica, geoarqueológica e histórica dos sítios (Cubizolle e Sacca, 2013). Nesse sentido, a (re)inserção geográfica do Pontal da Barra passa por um (re)investimento patrimonial das áreas úmidas, valorizadas pela sua evolução biofísica, mas também pelas mudanças nos usos e na percepção social desses ambientes. Em Barcellos et al. (2019), há uma síntese sobre a produção científica já realizada no Pontal da Barra, evidenciando a importância dessas áreas úmidas no que tange: aos seus ecossistemas e a biodiversidade representativa dos biomas Pampa e Mata Atlântica (algumas endêmicas ou ameaçadas de extinção); aos sítios arqueológicos sob a forma de cerritos; as feições geomorfológicas e reservas hídricas da Planície Costeira do Rio Grande do Sul (PCRS); ao saber-fazer das comunidades de pescadores; a beleza cênica dos elementos e conjuntos paisagísticos; e sua participação nos usos socioeconômicos locais (pesca, pastagens, plantações) e nas dinâmicas regionais (controle hídrico, regulação das enchentes e da umidade do ar). A relação entre sociedades urbanas e áreas úmidas é colocada em foco a partir dos serviços ecossistêmicos, garantindo qualidade ambiental às populações e manutenção das identidades territoriais.

O patrimônio paisagístico presente no Pontal da Barra é representativo desse importante sistema hídrico da PCRS, compreendido pelos entrevistados como um marcador da “essência do lugar”, um “diferencial da região”. Nesse sentido, os atores investigados sugerem a existência de potencialidades turístico-recreativas nesse recorte espacial, de forma associada à educação ambiental e à pesquisa científica, como segue:

“[...] no caso aqui do Pontal da Barra, tem as espécies ameaçadas de extinção, e outras espécies raras, que naturalmente despertam interesse das pessoas [...] tem paisagens interessantes [...] as dunas do Laranjal, e o entorno ali, é um lugar assim exuberante, fantástico, ou seja, é um lugar que atrai as pessoas, as pessoas vão lá naturalmente passear [...]”. (pesquisador B).

“[...] o turismo poderia tá vinculado a essa questão educativa pra transformar esse pensamento, banhado não é sujeira, banhado é um ecossistema específico importante demais [...] o Pontal da Barra seria um espaço muito importante nesse sentido, poderia ter toda uma infra[estrutura] de ecoturismo, de levar escolas [...] um observatório de pássaros [...] um monitor pra receber as pessoas e explicar que tipo de pássaros, comportamento desses animais [...] levar as pessoas pra visitar os sítios arqueológicos [...] ter toda uma informação de monitores sobre a ciência que foi produzida a partir dali [...]”. (pesquisador A).

“[...] um centro de educação ambiental ali, que as pessoas pudessem conhecer, ter os animais da região ali pra pessoa se apropriar, e ver a fauna que existe ali, de repente ter um mirante pra ver o pôr do sol, pra ver o banhado de cima, palafitas pra pessoa caminhar em cima e passear, muitas ideias pra desenvolver aquele lugar. Tem a comunidade que de repente dava pra inserir, pensar até uma forma de renda pra eles, a camiseta do peixinho anual do Pontal, das aves do Pontal, enfim acho que tudo tem como a gente ter ideias criativas assim de como transformar um lugar numa solução [...]”. (representante do terceiro setor).

Outros entrevistados relatam ainda potencialidades relacionadas a pesca, aos esportes aquáticos e as possibilidades de novos trajetos para os passeios de barco, por exemplo, até a eclusa, no Canal de São Gonçalo, ou até a Lagoa Mirim, conectando-se com o Uruguai. Outro local, denominado Chácara da Brigada, situada no encontro entre o Canal de São Gonçalo e o Arroio Pelotas é área frequentemente apontada como de potencial uso turístico-recreativo, onde foi relatado intenções de instalação de uma marina pública e um parque arqueológico pelo poder público municipal. Também é identificada a área de matas, dunas e banhados como potencial para trilhas e observação de fauna e flora, bem como para os trabalhos de campo universitários, que também ocorrem embarcados. Os esportistas destacam a “riqueza hídrica” da várzea do Canal de São Gonçalo, exaltando as belezas naturais e as comunidades de pescadores que são acessíveis somente embarcado, descrevendo experiências recreativas ao ar livre como

eventos esportivos, acampamentos, banhos e pesca. E uma turista, após realizar o passeio de barco entre o Pontal da Barra e o Balneário Santo Antônio - Laranjal, descreve sua vivência: “[...] A natureza! A água! A gente olha e o céu parece que tá na água! Muito bonito! [...] Essa Lagoa aí, esse mundão de água! [...]” (turista do Rio de Janeiro).

Como no caso estudado por Muñoz e Azócar (2014), a leitura das paisagens das águas traz possibilidades de identificação e valorização dos elementos ou conjuntos paisagísticos de atratividade turística, revelando identidades e especificidades territoriais.

Mas o Pontal da Barra é também lócus de tensão, frequentemente referenciado pelos entrevistados como uma “área de conflitos” entre os interesses imobiliários e os de preservação do patrimônio natural e cultural. Devido à sua condição geográfica limitada por diversos corpos hídricos (Laguna dos Patos, Canal de São Gonçalo e Arroio Pelotas), os remanescentes naturais encontram-se circundados pela mancha urbana que avança progressivamente a partir do bairro Laranjal.

Alguns entrevistados relatam que essas áreas úmidas são espaços negligenciados pelo poder público, e reivindicam uma ação que considere as fragilidades socioambientais da zona costeira, e não somente os interesses econômicos que privilegia certos segmentos da sociedade. Citam casos de instalação de loteamentos residenciais em que a legislação ambiental foi desrespeitada, alterando a dinâmica das áreas inundadas, e conseqüentemente, seu potencial de uso turístico:

“[...] o Pontal da Barra, ele é a ponta do iceberg, na verdade toda a várzea do Canal São Gonçalo vem sendo impactada por esses empreendimentos imobiliários e que eles são contrários ao desenvolvimento turístico, quer dizer, tu acaba com banhado, tu não tem mais o que fazer de turismo [...]”. (pesquisador A).

Segundo Ruas (2012), além da drenagem e do aterramento dos banhados para as construções residenciais, outras ações humanas que comprometem a manutenção desses ambientes no Pontal da Barra são: a deposição inadequada de resíduos (domésticos e químicos), o cultivo do arroz irrigado e da pecuária gerando contaminação da água, compactação do solo e destruição da vegetação, e ainda, queimadas, desmatamentos e o crescimento urbano desordenado.

Quanto as dinâmicas turístico-recreativas, apesar de estarem prioritariamente voltadas as práticas balneárias, esportivas e contemplativas vinculadas às praias de água doce do bairro Laranjal (principalmente nos balneários Santo Antônio e Valverde), a pesquisa de campo revelou que o Pontal da Barra é área que tem atraído cada vez mais o interesse turístico. Isso também pode ser verificado em Ruas (2012), que já demarcava a existência de especulações na área estudada para a instalação de projetos urbanísticos e turísticos, entre eles um loteamento residencial, um complexo hoteleiro e um parque aquático, além da tentativa de ampliação de um restaurante sob as margens do Canal de São Gonçalo; e, em outro momento, ainda, prospecções para a instalação de um pesque e pague, de um restaurante flutuante, entre outros. Seguem ainda hoje especulações quanto ao prolongamento do calçadão da praia do Laranjal até o Pontal e da implantação de uma estrada de acesso alternativa ao centro do município, beirando o Canal de São Gonçalo. Nenhum desses projetos ou ações foram executadas até o momento, devido aos conflitos legais relacionados a proteção das áreas úmidas ou dos sítios arqueológicos existentes no local.

Nas narrativas dos atores diretamente relacionados ao turismo há escassas referências aos elementos e conjuntos paisagísticos do Pontal da Barra, denotando sua invisibilidade enquanto espaço turístico contemporâneo. Entretanto, a pesquisa de campo possibilitou verificar que o Pontal da Barra é um local que já recebe um fluxo de visitantes esporádico, que chega de maneira independente para realizar práticas turístico-recreativas muito pontuais, pouco organizadas, principalmente trilhas, observação de aves, experiências de trabalhos de campo universitários, pesca amadora, passeios de barco, esportes náuticos, gastronomia ou compra de pescados (Figura N° 2). Sendo assim, a diversidade de valores patrimoniais vinculados às áreas úmidas do Pontal da Barra mostra-se um ativo territorial ainda pouco compreendido pelos atores locais do turismo.

Figura N° 2: Práticas turístico-recreativas observadas no Pontal da Barra, em Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil



Nota: A –trilha na área de dunas e matas; B – observação de aves (João Grande – *Ciconia maguari*); C – pesca amadora; D – passeio de barco pelo Canal de São Gonçalo.

Fonte: Rudzewicz (2018-2019)

A área de estudo representa uma síntese das (re)conexões entre sociedade e natureza na contemporaneidade: a crescente expansão urbana sobre essas áreas alagáveis ao longo das últimas décadas revela o (re)surgimento de práticas sociais onde o desejo de experienciar ou habitar as proximidades de espaços naturais é premente. O mesmo patrimônio paisagístico que é constantemente ameaçado, pode também dar lugar à novos olhares sobre as áreas úmidas.

Nesse contexto, em outubro de 2017, um grupo de trabalho foi constituído junto à Universidade Federal de Pelotas, com o objetivo de discutir e elaborar subsídios para uma proposta de área protegida, o que resultou na publicação “Fundamentação técnico-científica para a criação da Unidade de Conservação

Pontal da Barra do Laranjal, Pelotas, RS” (Barcellos et al., 2019). Motivado pelo trabalho precedente de uma rede de atores e instituições que reivindicam há décadas a preservação do Pontal da Barra, o GT UFPel Ambiental se origina da integração de pesquisadores, professores, técnicos e profissionais de diferentes áreas do conhecimento, representando diversas instituições públicas e do terceiro setor com forte atuação local e regional. Entre essas estão Instituições de Ensino Superior Federais (UFPel, FURG e IFSUL), organizações não-governamentais locais, órgãos públicos municipais (Secretarias Municipais de Qualidade Ambiental -SQA e da Cultura - Secult), estaduais (Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura - Sema) e federais (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO).

Uma vez que a categoria de UC proposta pelo GT UFPel Ambiental foi o Refúgio de Vida Silvestre⁶ (Revis), classificada como uma UC de Proteção Integral, e de caráter municipal, o turismo passou a integrar as possibilidades de uso público para a área. Uma das vantagens da categoria escolhida é a possibilidade de manutenção das comunidades locais e suas atividades na área, desde que sejam compatíveis com os objetivos de proteção dos ambientes naturais (MMA, 2011). A Revis destina-se, prioritariamente, as atividades de pesquisa científica e visitação pública, incluindo a educação ambiental e o turismo, conforme venha a ser estabelecido no Plano de Manejo. A partir disso, a perspectiva turístico-recreativa passou a integrar os debates e proposições do GT como uma função importante na proposta de UC Pontal da Barra, aliando-se aos esforços de proteção das áreas úmidas.

Durante os trabalhos do grupo revelaram-se expectativas quanto as possíveis contribuições do turismo no desenvolvimento sustentável das comunidades locais, por meio da ampliação de oportunidades de emprego, renda e arrecadação de impostos no município, impulsionando a abertura de novos empreendimentos de base local vinculados à prestação de serviços, a atração de investimentos e de parcerias público-privadas, que venham a estimular a diversificação da economia

⁶ O Refúgio de Vida Silvestre (Revis) é a categoria de UC destinada à proteção de ambientes naturais, com o objetivo de assegurar condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna. Nessa, desenvolvem-se atividades de visitação pública e pesquisa científica, seguindo normas e restrições a serem estabelecidas no Plano de Manejo. Ela pode ser constituída de áreas particulares desde que as atividades desenvolvidas sejam compatíveis com os objetivos de proteção dos ambientais naturais (MMA, 2011).

local e regional. Além disso, que a instituição de uma Unidade de Conservação municipal possa gerar uma melhor distribuição dos benefícios socioeconômicos advindos do turismo, contribuindo assim à redução das desigualdades sociais e garantindo a manutenção das atividades existentes na área do Pontal da Barra, como a pesca tradicional, a gastronomia e a pesquisa científica, de maneira associada as práticas turístico-recreativas.

O crescente interesse da sociedade pelas áreas naturais protegidas é revelado pelo aumento expressivo no número de visitantes registrado nas UCs brasileiras nas últimas duas décadas, bem como no aumento dos gastos dos turistas junto as comunidades de entorno (ICMBIO, 2018). Nesse sentido, o turismo é entendido como um aliado na geração de receitas para o financiamento da UC, seja para a manutenção ou instalação de equipamentos para os visitantes, como para subsidiar a pesquisa científica e a educação ambiental voltada para as comunidades locais e visitantes, apoiando assim os objetivos de conservação ambiental. A oportunidade de visitação pública em determinadas categorias de UCs, a exemplo da Revis, oferece possibilidades de sensibilização ambiental e de difusão de conhecimentos sobre as identidades e especificidades das paisagens, podendo ampliar as sensibilidades sociais relacionadas às áreas úmidas e a tomada de consciência sobre seus valores patrimoniais. Dessa forma, a função turístico-recreativa em uma área protegida pode impulsionar a adesão de indivíduos e grupos aos movimentos em defesa da manutenção do patrimônio paisagístico do Pontal da Barra.

A criação dessa UC também gera alternativas de diversificação da oferta turística local e regional. Entende-se que a instauração da área protegida oferece possibilidades de desenvolvimento de formas de turismo de interesses especiais que ainda são ausentes nesse contexto geográfico, como o ecoturismo, o geoturismo, o turismo científico, o turismo de aventura, o turismo de base comunitária. Segundo Pacheco et. al (2012), o turismo de interesses especiais (TIE) congrega formas de turismo alternativas e seletivas, tendo como motivação principal a visita a lugares não massificados, com atrativos naturais e/ou culturais, onde se realizam atividades em contato com a natureza como observação de flora e fauna, astronômica, esportes ou aventura, vivências com as comunidades tradicionais. Os destinos e produtos de TIE são gerados em ambientes que potencializam as formas associativas, por meio de redes, aglomerações ou clusters como estratégia de inserção nos mercados turísticos. Isso prevê o encadeamento socioproductivo

entre comunidades locais, empresas turísticas e gestores públicos com vistas ao desenvolvimento territorial sustentável, que permita uma distribuição mais equilibrada dos benefícios socioeconômicos entre os residentes (Pacheco et. al., 2012). Para isso, há a necessidade de um planejamento territorial que considere a variável turístico-recreativa aliada à outras funções do território, como forma de enfrentamento à crescente urbanização, privatização e artificialização do espaço turístico nas margens lacustres, como no caso apresentado por Vernex (1989), tratando de garantir espaços destinados à preservação ambiental.

O reconhecimento do Pontal da Barra como espaço turístico associado a uma área de proteção ambiental pode ainda fortalecer as dinâmicas turísticas presentes no bairro Laranjal, em Pelotas, além de lançar novas bases para seu (re) posicionamento como destino de turismo na natureza. Leal (2013) já apontava para as condições favoráveis à implementação do ecoturismo no Pontal da Barra, reconhecendo a representatividade do seu patrimônio natural e cultural, bem como a facilidade de acesso à área e as expectativas por parte das comunidades locais.

No caso de Pelotas, a dinâmica turística atual está predominantemente voltada para a valorização do patrimônio histórico-cultural edificado (centro histórico, charqueadas, casarões, museus, etc) e do patrimônio imaterial relacionado à tradição doceira (Rudzewicz, 2018), principalmente após seu reconhecimento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 2018 (IPHAN). Ou mesmo para um turismo de sol e praia, sazonal, de segundas residências, que se vê historicamente fragilizado pela problemática da balneabilidade nas praias de águas doces (Ruas, 2012).

O relatório final produzido pelo GT UFPel Ambiental apresenta não somente os subsídios técnico-científicos para a criação da Revis Pontal da Barra, mas compactua um projeto de espaço construído colaborativamente por uma rede de atores e instituições. Esse processo participativo e dinâmico gerou importantes bases de conhecimentos e informações para o planejamento e a gestão da futura área protegida, onde se conciliam objetivos de preservação ambiental e patrimonial, ciência, educação, lazer e turismo.

Os principais desafios apontados pelo GT à governança desse espaço são a expansão da urbanização, dos loteamentos residenciais e o crescente interesse turístico voltado ao bairro Laranjal, bem como a deposição inadequada de resíduos na área. Também são preocupações a necessidade de planejamento e monitoramento das atividades de uso público junto à futura área protegida. Como um serviço ecossistêmico de uma UC, a função turístico-recreativa deve prever redução dos impactos no território, bem como garantir qualidade de vida para as populações locais, conforme destacado por Pacheco et. al. (2012).

Apesar da finalização dos trabalhos do grupo em 2018, segue a mobilização e articulação dessa rede de atores e instituições no sentido de dar continuidade a investigação científica e difundir amplamente os conhecimentos e informações gerados, de forma a sensibilizar as populações sobre a importância patrimonial da área. E ainda, monitorar os processos, reivindicando que o compromisso assumido pelas autoridades públicas locais seja mantido, instituindo efetivamente a Revis Pontal da Barra, e, a partir dela, a mobilização pela criação de um sistema municipal de áreas protegidas hoje ainda inexistente.

Conclusões

Durante o processo de construção da proposta de uma área protegida no Pontal da Barra em Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, tem-se considerado a perspectiva do turismo como um aliado na busca pelos objetivos de conservação das áreas úmidas. Entende-se que o desenvolvimento de formas de turismo de interesses especiais, aliados à educação ambiental e à pesquisa científica, pode trazer possibilidades de valorização dos aspectos paisagístico-patrimoniais relacionados às zonas úmidas.

Para além do turismo como alternativa de desenvolvimento territorial sustentável, vislumbram-se as possibilidades de transformação da sociedade por meio da construção e disseminação de conhecimentos e informações que sejam capazes de mobilizar e sensibilizar as populações sobre a relevância hidrológica, ecológica, estética, cultural, social, econômica e patrimonial vinculada à preservação dessas áreas.

As zonas úmidas da PCRS mostram-se paisagens muitas vezes esquecidas, desvalorizadas, negligenciadas, marginalizadas, e, por isso, tradicionalmente destruídas, aterradas, drenadas, em razão da prevalência das percepções sociais limitadas às noções de sujeira, perigo, barreira ou obstáculo físico. Ainda pouco estudadas sob a perspectiva turístico-recreativa, o que pode vir a contribuir para a (re)tomada de uma consciência social mais ampla sobre as áreas úmidas, trazendo oportunidades de (re)interpretação dos múltiplos sentidos paisagístico-patrimoniais, e novas formas de uso e gestão desses espaços.

Ao tratar de relacionar turismo e proteção ambiental em áreas protegidas úmidas, acredita-se que não se pode recorrer a respostas simplificadoras, pois a questão exige a reflexão aprofundada sobre as complexidades inerentes ao fenômeno turístico e ao contexto sociocultural em que se insere. A continuidade deste trabalho exige (re)considerar constantemente as dinâmicas naturais e socioculturais imbricadas nessa paisagem, em constante mutação, (re)avaliando as possibilidades do turismo em áreas protegidas úmidas, os desafios à governança desses espaços e seu papel no desenvolvimento sustentável local. Estudos interdisciplinares dedicados à analisar as interações entre zonas úmidas e sociedades ao longo dos tempos podem contribuir no entendimento do lugar que ocuparam/ocupam no imaginário das populações, a partir das práticas, saberes e representações que suscitam. Com isso, desvelam-se novas funções e valores atribuídos as áreas úmidas e seus potenciais de uso turístico-recreativo, educacional e científico, apontando novos caminhos para a gestão patrimonial dessas paisagens das águas.

Referências Bibliográficas

- Barcellos, S. C. B. (org.) (2019). Fundamentação técnico-científica para a criação da Unidade de Conservação Pontal da Barra do Laranjal, Pelotas, RS. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas.
- Cubizolle, H.; Sacca, C. (2013). « Nouveaux regards sur les zones humides ». Géocarrefour, v. 88, n. 4, pág. 243-245.
- Flick, U. (2009). Introdução à pesquisa qualitativa. 3. ed. Tradução Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed.

- Flick, U. (2002). “Entrevista episódica”, em: Bauer, M. W.; Gaskell, G. (Eds.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 5 ed. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, pág. 114-136
- Icmbio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Contribuições do turismo em Unidades de Conservação Federais para a economia brasileira: efeitos dos gastos dos visitantes em 2017. Brasília: ICMBIO/MMA, 2018. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/contribuicoes_economicas_turismo_2018.pdf. Acesso em: 12 jan. 2019.
- Leal, B. B. (2013). Estudo das potencialidades para o ecoturismo em uma Reserva Particular do Patrimônio Natural e sua área de entorno localizada no município de Pelotas/RS. Monografia (Bacharelado em Turismo), Faculdade de Administração e de Turismo, Universidade Federal de Pelotas.
- MMA. Ministério do Meio Ambiente.(2011). SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. PNAP - Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Brasília: MMA. 76 p. Disponível em: <https://sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Repositorio/511/Documentos/SNUC.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2019.
- MMA. Ministério do Meio Ambiente (2022). Áreas úmidas. O que são zonas ou áreas úmidas? Publicado em 13/12/2021; Atualizado em 04/07/22. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/ecossistemas-1/areas-umidas>. Acesso em: 12 jul. 2022.
- Muñoz, M. D.; Azócar, G. (2014). “Incorporación del paisaje en la gestión del territorio de la Patagonia Chilena”. Revista Urbano, v. 17, n. 30, pág. 34-59.
- Pacheco, G. S.; Zúñiga, C. E. H.; Riquelme, H. F. (2012). “Del Recurso Humano al humano con recursos: una propuesta en el estudio de encadenamientos socioproductivos para el Turismo de intereses especiales en el territorio Patagonia Verde Chile”. El Periplo Sustentable, nº 23, julio-diciembre, pág. 7-26.

- Palom, A. R. (2016). “Paisatges de l’aigua i desenvolupament territorial: el cas del riu Ter”, em: Nogué, J.; Puigbert, L.; Bretcha, G. (eds.). Paisatge, patrimoni i aigua. La memòria del territori. Olot, Observatori del Paisatge de Catalunya; Barcelona, ATLL, pág. 49-68; 214-216.
- Ruas, K. S. (2012). S. A Orla Lagunar de Pelotas-RS: Conflitos Socioambientais, Atores e Processos. Dissertação (Mestrado em Geografia), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Rudzewicz, L. (2018) Paisagens lacustres e práticas turísticas: “com os pés na água” ou “de costas para a água”? O caso da Laguna dos Patos, Rio Grande do Sul, Brasil. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 295 f. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/183155>. Acesso em: 12 jul. 2022.
- Sajaloli, B. (1996). « Les zones humides: une nouvelle vitrine pour l’environnement ». Bulletin de l’Association de Géographes Français, v. 73, n. 2, pág. 132-144.
- Toldo Júnior, E. et al. (2006). “Sedimentação de longo e curto período na Lagoa dos Patos, sul do Brasil”. Pesquisas em Geociências, v. 33 (2), pág. 79-86.
- Vernex, J.-C. (1989). « Évolution des pratiques de loisirs et espace littoral lacustre. Une étude de cas: le lac d’Annecy (France) ». Le Globe, v. 129, n. 1, pág. 37-47.